

MENINAS MIGRANTES: A MIGRAÇÃO INFANTO-JUVENIL RURAL E SUA INSERÇÃO NO TRABALHO DOMÉSTICO URBANO

Guélmer Júnior Almeida Faria¹
Luiz Antonio de Matos Macedo²

RESUMO: O presente estudo se assenta sobre as dinâmicas de deslocamento populacional, também chamada de migrações internas do segmento infanto-juvenil. As dinâmicas do processo de deslocamento populacional sofrem influência de vários fatores, dentre eles a industrialização. A disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas também constituiriam fatores potencializadores do fenômeno. Diante deste cenário, são os jovens que estariam predispostos a migrar mais do que qualquer outro grupo etário, no entanto, devido à baixa qualificação, a oferta de força de trabalho consequente da migração à cidade é absorvida pelo serviço doméstico. Meninas pobres de regiões rurais deixam suas famílias para enfrentar o trabalho doméstico nos centros urbanos e, acreditam dessa forma, melhorar a qualidade de vida. Por considerar que esses sujeitos sociais são portadores de direitos, é que um desenvolvimento justo passa pelo apoderamento dos aparelhos de proteção social do Estado, este estudo tem a pretensão de refletir no atual cenário o segmento infanto-juvenil que vem ganhando cada vez mais destaque no cenário da contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVES: gênero, geração, migrações rurais-urbanas, trabalho doméstico

GIRLS MIGRANTS: A CHILDREN'S MIGRATION AND ITS RURAL INTEGRATION IN URBAN HOUSEHOLD WORK

ABSTRACT: This study is based on the dynamics of population displacement, also called internal migration of juvenile segment. The dynamics of the process of displacement are influenced by several factors, including industrialization. The availability of public services and social policies in the most dynamic areas also constitute potential factors of the phenomenon. Given this scenario, it is the young who would be predisposed to migrate more than any other age group, however, due to low skills, the supply of labor consequent migration to the city is

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros-MG (UNIMONTES), Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa- MG- 2008.

² Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1972), mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (1979) e doutorado em Economia - University of London (1989). Atualmente é professor na Universidade Estadual de Montes Claros.

absorbed by domestic service. Poor girls from rural areas leave their families to confront domestic work in urban centers and, believe thus improve the quality of life. Considering that these individuals are carriers of social rights, which is a fair development through the empowerment of social protection apparatus of the state, this study intend to reflect on the current scenario the juvenile segment which is gaining increasing prominence in the contemporary scene.

KEYWORDS: gender, generation, rural-urban migration, domestic work

INTRODUÇÃO

A acirrada e exarcebada valorização dos espaços urbanos na atualidade nos levam a crer numa vida cidadina repleta de bens e serviços, dos quais o ambiente rural não poderá ou nunca poderá oferecer. Neste sentido, os jovens são os mais compelidos a buscar o que falta no *lôcus* rural. Segundo Guaraná de Castro (2009, p. 182) “uma análise recorrente sobre juventude rural no Brasil enfatiza o problema da migração do campo para a cidade e o desinteresse dos jovens pelo meio rural, e, em especial, pela agricultura”.

Embora quando se trata da agricultura familiar, cuja característica maior está no emprego de mão de obra familiar a situação é alarmante. Pois, a sucessão da gestão da agricultura doméstica, fica a mercê. A agricultura familiar compreende uma parte fundamental da produção nacional de alimentos. Como bem destaca Spanevello *et al.* (2011) apesar desta importante contribuição socioeconômica, a agricultura familiar vem encontrando dificuldades em garantir a sua reprodução social.

O crescente fluxo migratório juvenil do campo para as cidades, reforçado por Camarano e Abramovay (1999) já na década de 1990, atentava para a saída da população do campo na faixa etária mais jovem (homens tinham de 20 a 24 anos e as mulheres de 15 a 19), com maior proporção de moças.

Nos dizeres de Vela *et al.* (2012) à migração dos jovens, pode ser explicado pelas relações familiares que estão menos rígidas, pois a obrigação ou o padrão moral dos anos 60-70 que obrigava os filhos a trabalhar nas

unidades produtivas e na agricultura parece estar dissolvida, podendo-se perceber que é dado aos jovens um maior poder de decisão entre escolher se quer ficar ou sair do meio rural. Por outro lado, essa maior abertura nas relações familiares não conseguiu superar ainda a questão de gênero e o reconhecimento do trabalho feminino, pois as moças não apresentam um envolvimento direto no trabalho agrícola.

Afirmam Camarano e Abromovay (1999) que uma das consequências do fenômeno da migração diferencial por sexo é o aumento da razão entre os sexos femininos e masculinos no ambiente rural e uma redução desta razão nas áreas urbanas, levando a uma crescente masculinização do meio rural brasileiro.

Segundo Neto e Nazareth (2012) a forte representatividade com que as moças vêm aparecendo nos números e nas discussões sobre migração no mundo globalizado faz com que muitos especialistas venham falando de feminização dos fluxos migratórios ou deslocamentos populacionais e mais recentemente de mobilidade sociolaboral. O que torna necessária uma ponderação interna sobre as peculiaridades da migração feminina, e mais especificamente do segmento infanto-juvenil.

Neste sentido, este estudo de caráter ainda exploratório, visa abordar as motivações que fazem o segmento infanto-juvenil representado por meninas a se deslocar do meio rural. O objetivo é analisar as dinâmicas das migrações rurais pelo segmento infanto-juvenil feminino quanto à sua inserção no trabalho doméstico urbano.

PERCURSO METODÓLOGICO

O aporte teórico adotado é o histórico-estruturalista, que na visão de Paul Singer (1998) encontra-se como uma das mais importantes contribuições, sobretudo a respeito das migrações internas nos países em desenvolvimento. De acordo com Beck *apud* PAULA e JÚNIOR (2002) a mobilidade espacial neomarxista aborda o contexto “histórico-estrutural” considerando o processo social e entendendo a migração como resultante da introdução das relações capitalistas de produção no campo, da

expropriação dos trabalhadores rurais. E em outra abordagem a mobilidade espacial neoclássica caracterizada pelos fatores pessoais dos migrantes — o desejo pessoal de migrar, desconsiderando a complexidade social.

Para Bilsborrow *apud* OLIVEIRA (2011) a melhor maneira de se captar o fenômeno migratório seria por meio de pesquisas amostrais específicas, dadas às restrições inerentes aos levantamentos censitários.

Os procedimentos metodológicos foram coletados por meio de uma pesquisa documental, junto ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (Dieese), dados censitários junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e Ministério Público do Trabalho (MPT).

MIGRAÇÃO DE JOVENS RURAIS: CONTEXTUALIZANDO O TRABALHO DOMÉSTICO INFANTO-JUVENIL

O deslocamento populacional do segmento infanto-juvenil que versa neste estudo parte para compreender o processo de migrações inter-regionais, que são aquelas realizadas dentro de uma mesma região.

E que na visão de Singer (1998, p. 29):

As migrações internas como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas. Encontrar, portanto, os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para este estudo.

Assim, o fenômeno migratório é visto como social, assumindo o papel de extensão da classe social, expressando suas manifestações no processo social, econômico e político ao deslocar-se para outra região.

As dinâmicas do processo de deslocamento populacional sofrem influência de vários fatores, dentre eles a industrialização. Em regiões onde predomina atividades ligadas à agricultura seus impactos são perversos. Como caracteriza Paula e Júnior (2002) no mundo do trabalho, as modificações na agricultura transformam e aumentam a produtividade,

provocando a liberação de grande número de trabalhadores rurais. São novas formas de produção baseadas na tecnologia e no aumento da produtividade; são velhas formas de dominação onde os pequenos agricultores e trabalhadores rurais tornam-se totalmente subordinados ao capital.

No entanto, Baeninger *apud* Oliveira e Jannuzzi (2005, p. 135):

Aponta que as desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e de nível de salários tenderiam a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos de pessoas em busca de trabalho ou melhores rendimentos. A disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas também constituiriam fatores potencializadores do fenômeno.

Diante deste cenário, são os jovens que estariam predispostos a migrar mais do que qualquer outro grupo etário. Como evidencia Oliveira e Jannuzzi (2005) esse padrão etário de mobilidade estaria condicionado, sobretudo, aos ciclos de entrada e saída do mercado de trabalho. Assim, a elevada concentração de jovens entre os migrantes seria explicada pela maior sensibilidade dos mesmos com relação às ofertas de trabalho e de melhores empregos, assim como pela maior adaptabilidade a novas situações e maior desprendimento em deixar seu ambiente de origem.

Na opinião de Cardoso (2003) as desigualdades regionais podem ser o motor principal das migrações internas que acompanham os moldes capitalistas. As populações das áreas desfavorecidas sofrem consequências de um empobrecimento que obriga estas populações a deslocarem para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida.

Entretanto, devido à baixa qualificação, Singer (1998) no diz que, em boa medida, a oferta de força de trabalho consequente da migração à cidade é absorvida pelo serviço doméstico, cujo significado é nulo do ponto de vista da produção social capitalista.

Para Neto e Nazareth (2012) o fato é que há um grande número de mulheres migrantes precisando e querendo ser incorporadas ao mercado de trabalho, mas sem qualificação formal adequada. De modo que serviços de doméstica, diarista, faxineira ou babá, que não exigem qualificação e culturalmente são associados às mulheres, acabam sendo ocupações

remuneradas com grande procura entre as mulheres migrantes. Muitas vezes constitui única forma de articulação com o mercado de trabalho, mesmo que o vivam de forma irregular e informal, sem as garantias previstas em lei.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), anualmente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que representa a principal pesquisa socioeconômica do País, revelou que em 2012 existiam 3.518 milhões de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos trabalhando. Destas, 81 mil tinham de 5 a 9 anos, 473 mil, de 10 a 13 anos, cerca de 3 milhões entre 15 a 17 anos. Segundo dados da PNAD/IBGE, o trabalho infantil doméstico em casa de terceiros atingia 258 mil brasileiros dos 10 aos 17 anos, em 2011.

No mundo todo, de acordo com estimativa da Organização Internacional do Trabalho divulgada em 2011, haveria pelo menos 15,5 milhões de crianças e adolescentes no trabalho infantil doméstico.

Destes, 222.865 situam-se na faixa etária de 5 a 15 anos e 271.137 entre 16 e 17 anos. Ou seja, 45% destas crianças e adolescentes encontram-se em situação proibida pela legislação brasileira. Cerca de 43,66% têm entre 12 e 15 anos e quase um terço começou a trabalhar entre 5 e 11 anos. Os números foram revelados pela Organização Internacional do Trabalho e Fundo das Nações Unidas para a Infância. Entre as crianças que atuam como domésticas no Brasil, 52,8% trabalham por mais de 40 horas semanais e 55,5% não tiram férias. Entre as 73,5% que ganham recompensa em dinheiro, 64,2% recebem menos de meio salário mínimo (OIT, 2005).

De acordo com dados da PNAD (2011), 3,7 milhões de crianças/adolescentes entre 5 e 17 anos, residentes em áreas urbanas, estavam exercendo atividades no mercado de trabalho.

Pesquisa da PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), revela que Minas Gerais é o estado com maior número crianças/adolescentes no trabalho doméstico, existem 72.879 crianças/adolescentes que trabalham mais de 40 horas semanais em casas de família recebendo menos de um salário mínimo na faixa etária de 5 a 17 anos. Além disso, estão na ilegalidade, sem carteira assinada. Meninas pobres de regiões rurais deixam suas famílias para enfrentar o trabalho doméstico

nos centros urbanos e, acreditam dessa forma, melhorar a qualidade de vida.

Santos (2009, p. 41) “explicita que o trabalho doméstico realizado de diversas maneiras, seja em residências particulares de forma constante ou intermitentes, há muito absorve a mão de obra feminina no Brasil, estando estreitamente ligado ao movimento migratório, interno e externo”.

Deste modo, para analisar o trabalho doméstico infanto-juvenil é preciso considerar alguns fatores relacionados à mão de obra tais como: a pobreza, a ineficiência do sistema educacional brasileiro, o sistema de valores e tradições da nossa sociedade e o desejo de muitas crianças de trabalhar desde cedo.

Dados apresentados pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (2008) mostram que o perfil das crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas no Brasil é quase sempre o mesmo: 93% são meninas e mais de 60% são afrodescendentes. Os dados confirmam o que dizem os especialistas: as questões de gênero exercem influência direta nas formas de trabalho infantil, a exemplo da exploração sexual e do trabalho doméstico.

Ao abordar o trabalho doméstico infanto-juvenil em relação à demanda, dois elementos devem ser levados em conta: a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho e o aparato jurídico-institucional encarregado de estabelecer e fazer cumprir as normas legais referentes ao trabalho infantil (VIVARTA, 2006).

Neste contexto,

O trabalho infantil doméstico é considerado como a realização do trabalho alienado prestado por crianças e adolescentes. Além disso, é necessário fazer uma observação quanto à caracterização do espaço do trabalho. Isso porque o trabalho infantil doméstico pode ser caracterizado mesmo quando realizado em âmbito familiar. Essa condição é estabelecida quando crianças e adolescentes assumem responsabilidades relativas ao trabalho doméstico, que são típicas dos adultos, ou seja, suportam responsabilidades para além das suas próprias capacidades e em prejuízo ao seu próprio desenvolvimento. No entanto, é o trabalho doméstico, prestado em casa de terceiros, que se destaca como o principal elemento de exploração do trabalho infantil (CUSTÓDIO, 2006, p. 14).

Ainda segundo Heilborn (2010) o trabalho doméstico infantil inscreve-se em múltiplas dimensões da realidade. De um lado, está associado à questão política, no tocante à implementação de um novo olhar sobre os direitos sociais, considerando a desigualdade da distribuição da riqueza; e de outro, possui uma dimensão cultural, uma vez que a persistência do trabalho exercido por crianças/adolescentes exprime valores sociais distintos, imbricados nas formas de organização da família, em termos das relações entre adultos e crianças, da concepção sobre gênero e faixa etária e das formas de reciprocidade engendradas no grupo familiar.

Sob a perspectiva de gênero Silva (2011) diz que:

A divisão sexual do trabalho permeia a infância pobre brasileira de modo a permitir a internalização dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. As crianças desde pequenas são preparadas para o exercício das atividades diferenciadas segundo o gênero, as meninas em espaço privado e os meninos, em contraposição, na esfera pública. A mulher desde criança é pensada como alguém apta a desenvolver atividades domésticas e de cuidado com as crianças menores e, por outro lado, desestimulada ao trato com o público e as atividades que envolvam força física, destreza de raciocínio e outras consideradas de âmbito masculino. O homem, ao contrário, é estimulado a potencializar o domínio do espaço público, de maneira a contribuir para seu processo de autonomia do seio familiar, e, paralelamente, desenvolver suas características tidas como “natas” de poder e autoridade.

O círculo de gerações a que se insere o trabalho doméstico, segundo Lamarão (2006) concorre para a naturalização feminina, a perspectiva de que esse tipo de trabalho demanda um baixo grau de competência para execução. Qual a menina que não sabe lavar um prato, um banheiro, varrer uma casa? Não ter essas habilidades soa até como um contra valor. Agregase a esse ponto a relação histórica geracional – a avó, que foi “cria³”, a mãe, que é empregada doméstica, e a filha, que é babá. A reprodução da força de trabalho ocorre num mesmo patamar subalternizado, considerando as desigualdades econômico-sociais de uma sociedade de classes como a brasileira.

³ De acordo com Motta-Maués (*apud* SILVA, 2011), a “cria” encontra-se em processo de transição de um modelo escravo para um abolicionista, isto é, não está na condição de escrava, mas também, não se pode afirmar que seja liberta. Pode-se dizer que, a “cria” tem sua identidade indefinida, pois ainda que, more e trabalhe em “casa de família” dedicando a esta família longos anos de sua vida, ela não é considerada como um membro da família.

De acordo com Vivarta (2006) na década de 90, o assunto ganhou visibilidade no cenário nacional e na mídia. Entrou definitivamente na agenda de problemas brasileiros e na pauta de jornais e revistas. Uma face do problema, no entanto, continuou invisível até recentemente: o trabalho infantil doméstico. Apesar de ser uma velha prática no Brasil, parte da nossa herança escravocrata, ele era até pouco tempo ignorado pela maioria das pesquisas e pela própria imprensa. Em 2002, graças a estudos feitos por entidades da sociedade civil e pela Organização Internacional do Trabalho ganhou notoriedade. Tirá-lo do anonimato já é um avanço, mas, a exemplo do que acontece com o trabalho infantil em geral, ainda é necessário ampliar o foco, discutindo causas, consequências e possíveis soluções.

E do ponto de vista, das relações de gênero, se convencionou atrelar trabalho doméstico à mulher, como algo já naturalizado. A perspectiva geracional concatena com os papéis desempenhados pela geração familiar, uma vez que é transmitido de avó-mãe-filha. E ainda muitos autores abordam o fenômeno de racialização, onde se verifica o estigma nas relações entre os agentes sociais do trabalho doméstico. Segundo dados do levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, mostram o trabalho infantil doméstico persiste nas regiões metropolitanas brasileiras, particularmente entre as meninas negras.

Por considerar que esses sujeitos sociais são portadores de direitos e um desenvolvimento justo passa pelo apoderamento dos aparelhos de proteção social do Estado, este estudo tem a pretensão de refletir no atual cenário o segmento infanto-juvenil que vem ganhando cada vez mais destaque no cenário da contemporaneidade, seja nas bases do trabalho, da educação, da saúde, da assistência social e do direito.

De acordo com Santana (2003) estudos que versam sobre a inserção de meninas de camadas populares em atividades laborais dentro do âmbito doméstico, é uma das principais formas de iniciação do mundo feminino no trabalho.

Outro aspecto importante que fica de fora da maioria dos estudos é a questão regional. Sabemos que, num país de dimensão continental como o Brasil, a cultura e as características de cada região não tendem à

homogeneidade. São identidades diversas, que geram comportamentos e atitudes diferenciados por parte da população e que deveriam ser incluídas na interpretação das pesquisas em relação às crianças e adolescentes que trabalham em funções domésticas (VIVARTA, 2006).

No entanto, em regiões que trazem artefatos culturais impregnados da cultura machista, escravocrata e patriarcalista. O trabalho doméstico infanto-juvenil coloca muitas crianças em situação de risco social, passíveis dos efeitos perversos deste tipo de serviço, como, a precariedade, instabilidade, exploração, dominação e até mesmo o abuso sexual.

O Ministério Público do Trabalho notificou em 2012 investigou 53 municípios, aplicou 30 termos de ajuste de conduta, através do projeto Políticas Públicas do Ministério Público do Trabalho, que combate o trabalho infantil e beneficiou cerca de 40 mil crianças e adolescentes de 10 a 17 anos. Em Minas Gerais, segundo estimativas do governo, existem 300 mil crianças/adolescentes sendo exploradas e boa parte delas, no serviço doméstico, diante da sua invisibilidade, isolamento e ilegalidade.

Portanto, a reflexão deste estudo e o compromisso que se presume assumir ao iniciar estudos para ampliar o foco de análise, incorporando a perspectiva da migração, gênero, geração e raça ao problema do trabalho doméstico infanto-juvenil.

Para Guaraná de Castro (2009) a juventude rural no Brasil é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria jovem é construída, e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais. Por isso, se faz necessário criar políticas públicas para inserir este jovem rural no espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desruralização é um fenômeno crescente nos dias atuais, o que reflete no processo de deslocamentos populacionais. É também notório que o fenômeno migratório brasileiro ganhou seu ápice na década de 60-

70, na contemporaneidade vem se reduzindo, se no Nordeste ela diminui no Sul-Sudeste ela se apresenta sob a emigração. O fato é que as migrações são influenciadas pelo desenvolvimento dos países. Na verdade, a pergunta que se faz é se o deslocamento populacional contribui para o desenvolvimento ou se é o desenvolvimento que contribui para o deslocamento populacional?

Considera que dentro do enfoque histórico-estrutural, as migrações são explicadas no cenário das mudanças que se desenrola na estrutura da produção em formação social, e entendendo a migração como resultante da introdução das relações capitalistas de produção no campo cujo motor principal se expressa nas desigualdades sociais e regionais, e a consequente inserção da mulher em atividades laborativas.

A feminização da migração interna ganha maior visibilidade no contexto migratório interno contribuindo para problematizar as visões cristalizadas sobre a inserção de homens e mulheres migrantes no mercado de trabalho, evidenciando questões do tipo: como se articulam as relações de gênero e a tônica da busca de melhores condições de vida para si, e para os seus que os centros mais desenvolvidos possam lhes oferecer.

Outro fator preponderante é a masculinização do ambiente rural, o que compromete a reprodução social e o envelhecimento rural.

A maior concentração das trabalhadoras encontra-se nas profissões menos remuneradas ou ocupam níveis inferiores nas hierarquias profissionais. As mulheres são ainda majoritárias nos setores mais precários, como o trabalho doméstico ou nas atividades do setor informal.

A concentração da população contribui para que a oferta de mão de obra seja superior à oferta de empregos, o que permite o rebaixamento dos níveis salariais, quer dizer, a competitividade faz com que o empregador contrate aqueles que se conforma em ganhar menos.

Nota-se que a industrialização no meio rural não alterou as relações de subordinação ao capital, o que provocou uma dominação das populações rurais na cidade e a inserção em condições precárias no mundo do trabalho. Não existe uma política pública que possa integrar esses jovens rurais ao mercado de trabalho. O que acaba por subordiná-lo ao “apadrinhamento” e “ajuda” de seus empregadores com o discurso de que poderá “mudar” de vida.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. “Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos”. IPEA, texto para discussão n. 621. Rio de Janeiro, 1999.

CARDOSO, A. de J. *Impactos das migrações internas na dinâmica da cidade de Coração de Jesus-MG*. 2003, 41 f. Trabalho de graduação (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Montes Claros, 2003.

CUSTÓDIO, A. V. *A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil Contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação*. 2006, 152 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GUARANÁ de CASTRO, E. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Nuñez Y Juventud*, v. 7, nº 1, p. 179-208, enero-junio, 2009.

GUIDIS, A. O. *Análise da participação do segmento infanto-juvenil no trabalho doméstico não-remunerado*. 2006, 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

HEILBORN, M. L. *Estratégias para combater o trabalho infantil no serviço – Dimensões culturais do trabalho infantil feminino*. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/publ/policy/papers/brasil/ortheilborn.pdf>. Acesso em: 12 julho 2010.

LAMARÃO, M. L. O trabalho infantil doméstico e a condição feminina. In: *Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração*. Veet Vivarta (Série mídia e mobilização social ; v.6) – São Paulo: Cortez, p. 71-72, 2003.

MAIA, C. J.; LOPES, M. F. A migração de mulheres do Jequitinhonha. *Revista OIKOS. Revista Brasileira de Economia Doméstica*, v. 14, n. 2, p. 109-122, 2003.

MPT. Ministério Público do Trabalho. *MPT lança campanha contra trabalho infantil doméstico no Norte de Minas*. Abril de 2009.

NETO, M. I. D.; NAZARETH, J. *Redes sociais na experiência migratória de mulheres nordestinas*. Disponível em: < http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/315.%20redes_%20sociais%20na%20experi%C3%Aancia%20migrat%C3%93ria%20de%20mulheres%20nordestinas.pdf >. Acessado em 23 de Outubro de 2012.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *O trabalho infantil doméstico em João*

Pessoa-PB: *um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. João Pessoa : OIT, 2005.

OLIVEIRA, A. T. R. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Estudos e análises informação demografia e socioeconômica, n. 1, Rio de Janeiro, p. 11-27, 2011.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste padrões etários, por sexo e origem/destino. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Estudos e análises informação demografia e socioeconômica, nº. 1, Rio de Janeiro, 2011.

PAULA, A. M. N. R.; JÚNIOR, J. C. Migrações internas no sertão das gerais: “a esperança de melhoria de vida”. *Revista UNIMONTES CIENTÍFICA*, Montes Claros, v. 4, n. 2, jul./dez. 2002.

SANTANA, M. V. *As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local de emprego*. 2003, 169 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SANTOS, R de J. dos. *Corpos domesticados: a violência de gênero no cotidiano das domésticas em Montes Claros-1959 a 1983*. 2009, 152 f. Dissertação (mestrado em História)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.

SILVA, L. C. M. *Madrinha ou patroa?: Significados do trabalho em casa de família*. In: XI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais Diversidade e (Des)igualdades. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

SPAVENELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F.; VARGAS, L. P.; MATE, A. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 291-304, outubro de 2011.

VELA, H.; LAGO, A.; SPAVENELLO, R. M. *Jovens rurais do município de Nova Palma - RS: situação atual e perspectivas*. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/10P469.pdf>>. Acesso em 30 de Agosto de 2012.

VIVARTA, V. *Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração*. (Série mídia e mobilização social ; v.6) – São Paulo: Cortez, 2003.